

**ACTA Nº5 – Quinta Sessão Ordinária
da Assembleia Municipal de
Montalegre, realizada no dia 15 de
Dezembro de 2006**

No dia quinze do mês de Dezembro do ano de dois mil e seis, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a quinta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 – Leitura, discussão e votação da acta da 4ª. sessão ordinária.**
- 2 – Expediente para conhecimento.**
- 3 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do município, bem como da respectiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**
- 4 – Proposta de Documentos Previsionais para o ano económico de 2007 – Opções do Plano, Plano e Actividades Municipais e proposta de Orçamento da Despesa e da Receita.**
- 5 - Proposta de alteração ao Regulamento de Venda Ambulante no Município de Montalegre.**
- 6 – Proposta de alteração ao Regulamento de Taxas e Licenças Municipais.**
- 7 – Proposta de alteração ao Regulamento de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais.**
- 8 – Proposta de alteração aos coeficientes de localização para vigorar no Município de Montalegre no âmbito do Código de Imposto Municipal sobre imóveis (CIMI).**
- 9 – Proposta para a realização da Feira da Batata de Semente de Montalegre, apresentada pelo membro da assembleia municipal, Dr. Teixeira Gomes.**

Efectuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes 54 membros. Não compareceram à chamada os deputados Domingos Vasconcelos, Nuno Pereira, Carla Rodrigues, Sandra Carvalho, Alexandra Antunes, João Soares, João Duarte, António dos Santos, Hugo Ramos, João Surreira, Jorge Fernandes, José Alves, Armando Duarte, Alexandre Antunes, Paulo Barroso e João Fecheira.

No prazo legal, justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Carla Rodrigues, Nuno Justo, Paulo Cruz, Manuel Duarte e Manuel Alves.

Não justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Ana Dias, Maria Crespo, Pedro Giesteira, Eugénio Xavier, Luís Pereira e António Vaz.

Registando-se quorum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Inscreveram-se para intervir os deputados Guilhermina Costa, Manuel Duarte, António Ferreira, Amadeu Fortunas, José Moura, Ricardo Moura, Luís Carril, Paulo Cruz e Francisco Surreira.

A deputada Guilhermina Costa deu os parabéns à bancada do PS pela pessoa que o Governo nomeou para dirigir a Quinta de Veiga que, como estava ao abandono, agora já não está. Foram lá colocados portões e a Câmara contribuiu com máquinas e pessoal para lá se fazerem obras, nomeadamente uma maternidade para porcos que não existem. Disse que não percebia este investimento.

Deu os parabéns ao gestor da Quinta da Veiga que, como veterinário que é, deixou desaparecer um vitelo, outro morreu à fome, outro de diarreia e outro foi comido pelos cães.

Afirmou que a gestão socialista é ótima e que estes criticaram a gestão anterior e agora é o que se vê. Disse que sabe que se vai dizer que aquilo vai fechar, mas se assim é, para que é que se gasta lá dinheiro.

É ótima gestão semear batata e depois não se arrancar, mas é disto que os Barrosões gostam e até batem palmas. Isso tem a ver com teimosia do executivo camarário e disso é também exemplo o Multiusos pois aquela obra está mal feita. A obra ainda não acabou e chove lá dentro e o gradeamento, com o primeiro vendaval, caiu. Por estas razões é que o senhor Presidente da Câmara não quis que a obra fosse avaliada pelo Instituto de Engenharia. Isto faz-lhe pensar que este órgão tem zero de utilidade, pois não se planeia, não se pensa e não se apresentam propostas para desenvolvimento do concelho.

O deputado Manuel Duarte apresentou a seguinte proposta de voto de pesar: “No dia 12 de Dezembro faleceu o Padre António Alves Calvão. Nascido em Solveira em 1922, dedicou o melhor da sua vida, a sua juventude e maturidade a Barroso e ao seu Povo, como padre e como autarca.

Paroquiou a freguesia da Chã desde 1947, durante quase 33 anos, onde deixou em cada casa um amigo.

Durante a sua permanência nesta freguesia, para além das obras de apostolado, teve um papel de relevo no seu desenvolvimento económico e social.

Com relacionamento privilegiado com alguns Ministérios de então, em especial com o da agricultura e com a Junta de Colonização Interna, incentivou a criação de estruturas locais ligadas à agricultura na Aldeia Nova e em

Morgade, tendo integrado os seus corpos sociais. Construíram-se estradas e caminhos agrícolas.

Mandou construir a igreja da Aldeia Nova.

Constituiu um prestimoso auxílio para a emigração dos paroquianos carenciados para o Canadá e Estados Unidos, numa época em que esta era difícil.

O Padre Calvão foi vereador e vice-presidente desta Câmara na década de sessenta, ao tempo presidida pelo Dr. João Canedo, uma época em que o concelho sofreu um efectivo surto de desenvolvimento. Conduziu a primeira negociação com a HICA. Só num ano foram inauguradas mais de cinquenta escolas primárias. São desse tempo as primeiras estradas alcatroadas do município e a renovação e ampliação da rede de águas de abastecimento público.

No seu tempo, e na sua época, foi dos homens de maior prestígio em Barroso. A pedido do Bispo de Vila Real, em 1970, transferiu-se para a cidade da Régua que parouquiu durante quatro anos, mantendo sempre a forte ligação que o unia a Barroso.

Novamente por solicitação do seu Bispo regressou à fronteira em 1975, desta vez a Chaves, à freguesia da Madalena, onde teve uma participação social muito activa como professor e como membro dos corpos sociais da Misericórdia local.

Fundou e foi director dos estúdios da Rádio Renascença da mesma cidade.

Por tudo isto proponho um voto de pesar.

Assinado, Manuel Pereira Duarte.”

O deputado José Moura disse que a ETAR do Matadouro por vezes não funciona e é bastante poluente.

Disse que algumas aldeias têm depósitos de electrodomésticos nas bermas das estradas e perguntou se a Câmara tem possibilidade de intervir no sentido de combater esta situação.

Perguntou como é que o Multiusos vai ser gerido e administrado no futuro.

O deputado António Ferreira lembrou que os CTT não funcionam bem e relativamente à entrega da documentação da Assembleia Municipal, disse que esta deveria ser feita atempadamente pois exige alguma reflexão.

Disse que os semáforos de Meixedo estão bem colocados, mas ninguém os respeita e que qualquer dia vai-se dar mais uma desgraça.

Lamentou o desaparecimento do funcionário da Câmara Municipal de Montalegre, João Fortunas, pois era trabalhador e cumpridor do seu dever.

Sobre o Multiusos disse que a oposição pode ficar sossegada pois o telhado não cai e a grade caiu porque levou um toque de um camião e o vento encarregou-se do resto.

Disse que a deputada Guilhermina Costa não percebe nada de agricultura e garante que as batatas não ficaram na terra e fica orgulhoso por saber que o concelho está a ser gerido por pessoas competentes.

Disse que não tinha conhecimento da maternidade da Quinta da Veiga mas soube do roubo que foi feito, sendo este um retrato da gente que lá passou.

Disse que o Posto Experimental é o nome correcto e não se lembra que o antigo gestor experimentasse lá nada.

O deputado Amadeu Fortunas disse que o veículo da Unidade Móvel de Saúde já está no concelho e perguntou se já está a funcionar e se não está quem é o responsável.

O deputado Luís Carril colocou a questão sobre a entrega ou não dos projectos de ordenamento florestal pois o Secretário de Estado da Agricultura disse que o prazo de entrega era até ao dia 12-12-2006.

Na última Assembleia Municipal discutiu-se sobre a água da Borralha e não se chegou a consenso nenhum e perguntou, desde esta discussão, que alterações houver para que o Presidente da Câmara ligasse a água na Borralha, qual a qualidade da mesma e se já foram colocados os contadores uma vez que o Presidente da Câmara disse que só iria haver água se todos pagassem.

O deputado Ricardo Moura disse que agradecia a participação de todos os membros da Assembleia no jantar de Natal para que o ano 2007 trouxesse mais paz.

Sobre a Quinta da Veiga, disse que deveria ser entregue a quem realmente perceba do assunto, independentemente de ser A, B ou C.

O deputado Paulo Cruz propôs que a Assembleia facilite o acesso à documentação do órgão através do site da Câmara.

Solicitou que o tema das florestas fosse debatido na próxima Assembleia e não é só dos incêndios que se deve falar, é também do ordenamento do território pois a floresta está a ser mal tratada.

Disse que as actas das reuniões de Câmara também deveriam ser colocadas no site pois é bom que a população tenha conhecimento do que se passa na realidade, pois quem não saiba acredita que a deputada Guilhermina Costa apresenta inúmeras propostas, quando elas são nulas.

Perguntou qual a possibilidade de se poderem pagar alguns serviços na Internet, pois facilitava a vida a muita gente.

Felicitou a Câmara pela promoção de debates como o da Educação que foi muito importante e propôs que se fizesse outro debate sobre o III Quadro Comunitário e de Apoio de forma a melhorar a aplicação dos fundos e orientar as pessoas que os querem aproveitar.

O deputado Francisco Surreira, relativamente à Quinta da Veiga, disse que vai participar judicialmente do deputado António Ferreira porque este disse que os funcionários já lá estavam aquando dos roubos.

O Senhor Presidente da Câmara disse que foram levantados alguns assuntos por problemas de consciência e que a deputada Guilhermina Costa revela uma veia artística pois representa bem em teatro, pois toda a gente sabe que se houvesse justiça e lei alguém deveria estar preso.

Disse que já há quatro anos que não ia à Quinta da Veiga e ficou admirado com a desgraça e vergonha que lá viu. Por ter visto este cenário é que a Câmara interveio, mas hoje lamenta pois fez-se lá trabalho e gastou-se dinheiro que é para deitar fora. Disse que quanto mais tempo estivesse aberto,

mais tempo dava prejuízo. Pediu o espaço da Quinta para que lá se fizesse um campo cinegético e um projecto turístico ao serviço do desenvolvimento e do progresso.

Sobre o Multiusos, disse que está uma obra perfeitamente integrada em termos urbanísticos e a qualidade da obra está à vista. Tem pequenos defeitos, mas a obra é muito grande e há pequenos problemas que têm que ser corrigidos e a melhor coisa que aquela obra tem é o tecto. Disse que este espaço vai ter um auxiliar técnico para manutenção da maquinaria.

Alargou o voto de pesar aos Padres João Costa e Calvão pois foram duas pessoas que deixaram obra no concelho.

Sobre a ETAR do matadouro, disse que é fiscalizada como outra empresa qualquer e tem que cumprir as exigências impostas pela lei.

Sobre a recolha de ferro velho nas aldeias, pediu que os Presidentes da Junta informem a Câmara pois esta tem um serviço de recolha permanente e que façam uma campanha de divulgação dos locais mais adequados para efectuar esse mesmo depósito.

Pediu aos Presidentes da Junta façam a verificação das construções clandestinas, apoiem a população para que haja a verdadeira noção da gravidade da situação.

Sobre os CTT, disse que enviou uma carta para alargar a qualidade do serviço, mas teve conhecimento que vão diminuir o pessoal.

Disse que a Unidade Móvel de Saúde é responsabilidade do Centro da Saúde, mas diz que não pode chegar a todo o lado.

Sobre o Plano Florestal, este está praticamente concluído e vai ser apresentado até final do ano. Foi investido muito dinheiro nas florestas, mas o trabalho feito só vai gerar frutos daqui a alguns anos e na próxima Assembleia vai apresentar os números gastos.

Sobre a água da Borralha, disse que foi lá passados dois dias, falou com as pessoas e estas entendem que o Presidente da Câmara não é tão mau quanto dizem. Entendeu que é uma questão humanitária. Esclareceram-se algumas dúvidas e já há casos de celebração de contratos. Foram feitas algumas alterações a nível da conduta de captação da nascente.

Sobre a rede social, disse que foi reforçado o subsídio à Associação de Paredes do Rio que vai receber o triplo; Montalegre vai receber o dobro e Viade de Baixo tem problemas pois não tem licença de utilização.

Sobre o III Quadro Comunitário, disse que está a ser acompanhado e preparado e vai haver um leque de investimentos que só vão ser feitos se estiverem inseridos no Plano Ordenamento do Território. Vai haver mais dinheiro para o desenvolvimento rural e para a actividade económica e para a formação e que esta não é a altura certa para se falar sobre o plano de acção.

Informou também que quer as actas da Câmara, quer as da assembleia municipal já se encontrem no site da Câmara para consulta. Pagar as taxas e a água pela Internet directamente à Câmara é capaz de ser um processo bastante dispendioso e complexo.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados Guilhermina Costa, Teixeira Gomes, António Ferreira, Luís Carril e Paulo Cruz.

A deputada Guilhermina Costa disse que gosta muito de teatro e de música e por isso dificilmente mete a viola no saco.

Disse que na última campanha eleitoral do PS, a Quinta da Veiga era um dos espaços mais importantes do concelho e agora que é gerido por alguém do mesmo partido, retira-se essa responsabilidade.

Disse que quando se referiu à Quinta da Veiga, não falou de técnicas agrícolas, mas sim de gestão.

Disse que o deputado Paulo Cruz anda distraído pois o PSD apresentou várias propostas que nada ajudaram o executivo pelo simples facto de não serem aceites. Disse que o executivo camarário não funciona por propostas, mas sim por pressões. Disse ainda que o PSD não tem necessidade de protagonismo, tem sim necessidade de ver realizados e resolvidos os problemas.

Disse que não tem problemas de consciência em relação à má gestão da Quinta da Veiga. Criticou o facto de se falar em praça pública de pessoas que nada têm a ver com o assunto.

Disse que concordava com o museu agrícola, mas lamenta que peças particulares sejam entregues em Vidago.

O deputado Teixeira Gomes disse que a riqueza económica do concelho é pouca e a solução é a produção de qualidade. A produção de qualidade e a agricultura biológica são assuntos que devem ser apadrinhados e que é preciso investir no conhecimento, nas novas tecnológicas e na investigação.

Apelou para que se investisse no centro experimental para que não se deixe fugir esse potencial, mesmo que isso exija grandes investimentos, são frutos que vão ser colhidos.

Disse que começa a ficar farto das guerras entre partidos. É preciso por mão à obra antes que vá tudo a baixo.

O deputado António Ferreira disse que sabia que o Presidente da Câmara tinha capacidade de resolver a questão da água da Borralha. Disse que nunca disse que os funcionários do posto experimental eram ladrões e não sabia que o deputado Francisco Surreira tinha sido o responsável antes do actual gestor. Não disse que os funcionários roubaram alguma coisa, o facto é que as coisas estão a desaparecer e para os tractores serem roubados é porque as chaves estavam na ignição. Disse ainda que quando estava lá o Eng^o Moura dava gosto olhar para o Posto Experimental. Não se viam fardos de feno à chuva e ao abandono.

O deputado Luís Carril disse que está na Assembleia para louvar o que está bem, criticar o que está mal e apresentar propostas, mas essencialmente proporcionar melhoria nas condições de vida dos Barrosões. Deu os parabéns ao Presidente da Câmara pela postura que teve em tentar arranjar soluções e resolver as coisas, ao contrário daquilo que aconteceu na última Assembleia. Disse que não se justifica, por causa de uma birra, que a população da Borralha, estivesse um mês sem água.

O Presidente da Câmara não deveria levar em conta as observações do PSD como ataques ferozes, mas deveria pensar que são sugestões para melhorar a qualidade de vida da população. A Assembleia é um órgão soberano e o que aqui é decidido tem que ser cumprido.

Relembrou que apresentou uma proposta na última Assembleia sobre a questão da água, que foi rejeitada, mas foi feito tudo o que ele propôs. Na altura o Presidente da Câmara disse que era uma situação imoral e injusta, mas nada mudou, pois a água é a mesma e os contadores não estão colocados.

Disse que os jogadores de Futsal de Salto vêm jogar a Montalegre, mas parece mal serem os jogadores a varrerem o pavilhão.

O deputado Paulo Cruz disse que pagar as taxas e a água via Internet é uma proposta, mas se é muito caro é preciso repensar.

Disse que não vale a pena dizer que a Câmara só se interessou pela Quinta da Veiga na altura das eleições, pois isso não é verdade. Isso só demonstra que quem anda distraído é a deputada Guilhermina Costa.

Sobre a EN 103, disse que o que se está a notar é que a repavimentação se resume apenas ao fechar das valas. Disse que se devem pedir esclarecimentos e fazer pressão para se recolocar tapete novo.

Sobre as obras feitas no cruzamento de Meixedo, disse que o problema vai ser agravado e que deveria ser repensado o cruzamento.

Sobre a ETAR do Matadouro, disse que não funciona bem pois no regato de Morgade havia bastante

trutas e agora não pois a água parece leite.

O Senhor Presidente da Câmara disse que a Quinta da Veiga não tem porcos, mas tem fantasmas e se a deputada Guilhermina Costa gosta de música ele não lhe dá ópera. Disse ainda que o Governo decidiu fechar aquilo e ele concorda com essa decisão.

Sobre o caso da Borralha, disse que o deputado Luís Carril quer protagonismo e ele dá-lho. Mas não foi isso que se passou, pois entretanto as pessoas assumiram que queriam pagar água que consomem.

Disse que não se podem confundir poderes. A Assembleia tem poderes deliberativos e a Câmara tem poderes executivos.

Sobre o pavilhão desportivo, disse que é um espaço nobre e lamenta que as pessoas não entendam que ainda está em obras e que utilizem isto para danificar a imagem a Câmara.

Disse que vai ter em conta a ideia da evolução das novas tecnologias mas tendo sempre em conta os custos e informou que alguns serviços já estão disponíveis para pagamento na Internet.

Deliberação: foi posta a votação a proposta de voto de pesar sendo aprovada por unanimidade.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – Leitura, discussão e votação da acta da 4ª sessão ordinária.

A acta da sessão ordinária do dia trinta de Setembro de 2006 foi posta à consideração, tendo os deputados Fernando Calvão e Luís Carril feito alguns reparos.

O deputado Fernando Calvão entregou o seguinte documento: “a minha intervenção só faz sentido depois de ouvida a intervenção do deputado Teixeira Gomes (que não foi transcrita na acta). Na altura referi objectivamente que há oito anos falou sobre a existência de uma captação de água para a rede pública em Sidrós. Referi a reacção química com produção de volfratos (que torna a água verde) e consumo de oxigénio.

O Dr. Teixeira Gomes é um académico e sabemos que tem formação científica e por isso devia ter sido tecnicamente solidário.

Na página 2, na proposta do deputado Teixeira Gomes sobre a feira da batata, fiz uma intervenção sobre a agricultura biológica, a instalação e criação de um laboratório como forma de combater a desertificação e melhorar o turismo, a caça e aumentar a riqueza do concelho.

O deputado Luís Carril entregou o seguinte documento: “ Na página 9, na minha intervenção, linha 5, onde diz “Apresentou a seguinte proposta ...”, deverá estar: “dada a intransigência demonstrada até ao momento pelo Presidente da Câmara em não querer ligar a água, tendo mesmo afirmado que aquela bomba jamais voltaria a ser ligada, apresentou a seguinte proposta...”; e na página 11 na deliberação deverá ser: “ da proposta apresentada pelo deputado Teixeira Gomes só foi a votação o ponto nº2 da mesma, tendo sido aprovada por maioria com um voto contra e uma abstenção”.

Posta a votação, a acta foi aprovada por maioria com 9 abstenções.

2. Expediente para conhecimento

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente recebido.

A Assembleia tomou conhecimento.

3 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do município, bem como da respectiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

O Senhor Presidente da Câmara apresentou o relatório da actividade e situação financeira da autarquia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Luís Carril e Francisco Surreira.

O deputado Luís Carril disse que o documento não foi analisado porque não foi entregue atempadamente, mas verifica-se que a falta de estratégia e planeamento é nítida.

Disse que entende que num ano pós- eleitoral não se faça muito, mas por uma questão de brio, fica mal à Câmara apresentar um plano que se resume à limpeza de valetas, tapar buracos, arruamentos e reparações de avarias.

Disse que dentro da estratégia da autarquia verifica-se um completo desleixo no planeamento, execução e orçamento das obras. O dinheiro público é tratado como se de dinheiro pessoal se tratasse.

Disse que no mandato anterior se colocaram questões relativas ao planeamento de que são exemplo a Casa do Capitão de Salto que é uma obra pronta há um ano, mas as instalações continuam fechadas e já precisam de obras, não há plano de actividades e benefícios para a população não se vêem; o Parque de Exposições cada vez tem seu orçamento; a maioria das obras não duram meses, mas sim anos e isto não é boa gestão. Quem gere não pode pensar a curto prazo, é preciso ver mais longe.

Falou sobre as previsões de gastos para 2007 com os bombeiros do concelho na ordem dos 62.900€ e 20.625€ no somatório do apòb à Misericórdia de Montalegre, Borda d'Água e Paredes, actividades muito importantes às quais este executivo dá tanta importância como às Festas do concelho.

O deputado Francisco Surreira disse que na Quinta da Veiga se via o feno pois não havia gásóleo para o cortar. No passado deram 1.700 contos por ano para gerir aquele espaço. Dependiam da boa vontade das pessoas. Disse que o feno não se estraga. Disse que acha bem que se entregue a Quinta a quem possa tratar bem dela.

O senhor Presidente da Câmara disse que o deputado Luís Carril confundiu a sua intervenção pois neste ponto fala-se da situação financeira do trimestre e ele estava a discutir o plano.

Disse que os documentos não dizem o que a bancada do PSD quer que eles digam, embora saiba que vai exigir um grande esforço.

Afirmou que existe um plano e lembra-se das promessas que fez, que são poucas mas ambiciosas. Vai fazer contas ao que se fez e não se fez, o que prometeu vai fazer e o que está escrito no documento vai ser feito.

A aposta maior é na educação porque isso é o que vai gerar desenvolvimento. Perguntou se a carta educativa homologada, os projectos dos centros escolares, o quartel dos bombeiros de Salto, as aldeias todas remodeladas, a recuperação das margens do Cávado e o Multiusos não são obra.

Deu razão ao deputado Luís Carril em relação à Casa do Capitão, mas o que se está a fazer é para melhorar pois o projecto inicialmente previa algumas valências e agora acrescentaram-se outras. A demora na obra não tem justificação, mas o arquitecto propôs uma empresa de qualidade, mas o empreiteiro foi-se embora.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados Luís Carril e Paulo Cruz.

O deputado Luís Carril disse que falou de estratégia pois não entende como é que se gasta mais numa festa do que nas associações que tanto ajudam as populações.

Sobre a Casa do Capitão, disse que o Presidente da Câmara lhe deu razão pois é evidente que a estratégia falhou.

O deputado Paulo Cruz disse que, em relação à obra do cruzamento de Meixedo, entende que é para benefício da população, mas que pode constituir um perigo.

A Assembleia tomou conhecimento.

4 – Proposta de Documentos Previsionais para o ano económico de 2007 – Opções do Plano, Plano e Actividades Municipais e proposta de Orçamento da Despesa e da Receita.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Guilhermina Costa, Teixeira Gomes, António Ferreira, Luís Carril, Francisco Surreira, Acácio Gonçalves e Joaquim Pires.

A deputada Guilhermina Costa disse que a sua intervenção em relação ao plano vem de encontro às anteriores.

Fica contente que a Câmara tenha como principal objectivo o investimento na educação, mas, das poucas obras que o Plano tem, apenas se vêm projectos. O Parque de Campismo mais parece uma obra de Santa Engrácia e as margens do Cávado são uma necessidade, mas que nunca mais acaba.

Disse que em termos de execução de obras é menor mas o orçamento é igual. Perguntou como é que o Presidente da Câmara pensa reduzir as despesas com o pessoal. Quer saber se pensa despedir gente ou se vai cortar nas horas extraordinárias.

Felicitou a Câmara pela alteração feita a nível de sistema de aquecimento das piscinas, mas lamenta que não tenha sido feito de raiz.

Em relação à pista automóvel, disse que espera que o Presidente da Câmara tenha razão e que o investimento seja justificado.

Disse que este plano ainda não demonstra planeamento.

O deputado Teixeira Gomes pediu esclarecimentos sobre a página nº.2 pois não percebe como é que as barragens vão ser beneficiadas com a nova lei das finanças locais.

Pede esclarecimentos acerca dos 200 mil euros destinados a ajuda dos agricultores, relativamente à sanidade animal.

Disse que sempre lutou contra o desporto espectáculo sendo a favor do desporto participativo e por isso não concorda com a colocação da relva sintética.

Sobre a Quinta da Veiga disse que o Plano lhe deveria destinar mais verbas pois ali está o futuro do desenvolvimento do concelho.

O deputado Acácio Gonçalves disse que se trata de um orçamento despesista e alheio às necessidades sociais. É urgente virar costas ao cimento e ao alcatrão e virar a cara ao social, pois esta questão aflige essencialmente a velhice e os jovens, a exemplo do que acontece em Boticas.

Disse que o orçamento é empolado e demagógico, onde o supérfluo sobressai e o essencial escasseia. Está cheio de obras previsíveis que se arrastam de ano para ano.

Disse que o valor definido para iniciar obras em 2007 é de 3.58% do total; a percentagem em 2008 não se sabe quando virá e nas obras sociais só se vê o investimento de 50.000€ o que é pouco e injusto.

Disse que o plano é antiquado e não demonstra ideias inovadoras.

O deputado Luís Carril disse que o plano é quase o mesmo do ano passado. Sobre a página 2, em relação às receitas de capital, onde estão incluídas receitas dos fundos comunitários de compromissos assumidos, disse que estes fundos, quando vierem, deveriam servir para liquidar o empréstimo.

Disse ainda que no documento previsional das contas há uma folha que fala de encargos com empréstimos e, fazendo contas, no que diz respeito ao leasing para pagamento em 2007, aparece o valor de 84.865€ mais juros de amortizações e perguntou qual o valor total dos contratos de leasing.

Sobre alguns empréstimos disse que só acabariam de ser pagos daqui a 74 anos e sobre o pagamento da dívida, ultrapassaria os 200 anos.

O deputado António Ferreira disse que é verdade que o orçamento não contempla tudo mas para isso não era preciso trabalhar mais.

Disse que o orçamento lhe agrada pois vendo o plano verifica-se que a EN103 e os centros escolares vão avançar pois são obras urgentes e fundamentais.

Disse que a isenção das taxas de construção nas aldeias vão ser motor de desenvolvimento.

Sobre o apoio que a Câmara dá às escolas disse que nunca foi dito que é demais, mas é muito bom. Sente-se que há pouco apoio por parte dos pais para que o ensino seja melhor. O funcionamento das escolas do concelho de Montalegre está em 1º lugar das escolas do país e igualmente fala dos transportes e do aquecimento.

Falou de uma possível feira dos produtos locais que o Agrupamento de Escolas de Montalegre lançou, a qual foi lançada por um curso profissional e bastante proveitosa.

Sobre o pagamento de horas extraordinárias aos funcionários da autarquia disse que concorda que devem ser controladas, mas há actividades e ocasiões que exigem reconhecimento.

Disse que não percebe como há pessoas que dizem que não planeamento e Montalegre é tão bem falado.

O deputado Francisco Surreira pediu esclarecimentos sobre os subsídios atribuídos às associações e perguntou se estas têm que apresentar plano de actividades.

Perguntou se a Feira da Vitela é a Feira da Vitela dos Lameiros de Barroso que vem designada no plano.

Perguntou se os transportes escolares estão devidamente equipados e qual o critério de selecção para admissão de pessoal auxiliar das escolas.

O deputado Joaquim Pires pediu esclarecimentos sobre o novo sistema de aquecimento das piscinas municipais.

O senhor Presidente da Câmara disse que a deputada Guilhermina Costa se está tornar repetitiva.

Disse que se gasta 1.800 euros por aluno e que esse dinheiro é muito bem gasto e que se deve exigir.

Disse que se assistiu a um rol de demagogia próprio da oposição mas gostava que eles apontassem o que é que esteve no plano e não se fez.

Disse que cortou muitas coisas no plano mas mesmo assim as despesas aumentaram.

Disse que não se pode dizer que não há obras feitas, pois recuperaram-se totalmente quatro aldeias, fizeram-se os lares de Viade e de Cabril, fez-se o prédio Albino Fidalgo II, arruamentos, saneamentos, tapetes entre outras obras que os Presidentes da Junta bem sabem.

Disse que a deputada Guilhermina Costa tem o mérito de se contrariar, pois há bem pouco dizia que se gastava muito com o pessoal e agora diz que se deve repensar esse assunto. Mas não nada a pensar. São limitações do Governo e por isso tem que haver rigor. As horas extraordinárias são restritas ao indispensável. Não deu benesses a ninguém. Elas foram feitas. E há trabalhadores que não merecem o ordenado que recebem.

Sobre os incómodos assinalados no pavilhão desportivo, disse que lamenta que as pessoas não entendam que o pavilhão ainda está em obras e que ainda não está aberto ao público.

Sobre a derrama disse que foi integrada na nova lei das finanças locais em benefício do município onde a empresa gera riqueza e as assembleias municipais vão poder deliberar sobre duas derramas: uma empresa que gera muita riqueza e outra que gera menos riqueza.

Sobre a verba destinada aos agricultores é um subsídio pois há a obrigatoriedade de garantir a sanidade animal, sendo uma percentagem paga pelo Governo e a outra é paga pela Câmara. Não é um subsídio qualquer é para garantir a qualidade da carne e para louvar quem produz e quem trabalha. Sobre a relva sintética do campo de futebol de Montalegre disse que é para massificar o desporto reduzindo os custos de manutenção.

Sobre a Quinta da Veiga disse que ainda não é da Câmara, mas é um dos objectivos da autarquia. Disse que esperava que chegassem contributos do projecto e que esta obra só avança se o projecto for sustentado, de maneira a que se girem os dinheiros públicos.

Disse que a alteração da derrama se deve à maioria socialista e ao apoio do CDS.

Pedi às pessoas que disseram que o plano é despesista que digam o que está mal e que dêem soluções e disse que se o plano é previsível isso é um elogio.

Sobre os mapas de encargos financeiros disse que só têm uma leitura pois eles são modelos legais.

Disse que já toda a gente sabe que a Câmara de Montalegre não está na lista negra das autarquias devedoras e se forem precisos mais endividamentos, vão se fazer.

Disse que os empréstimos são por 20 anos com dois anos de carência e que se vai cumprir pagando a tempo e horas sem ficção.

Disse que a Câmara é uma instituição que não se candidata a receber dinheiro. Faz projectos e se não vier o dinheiro para esses projectos não vem para mais lado nenhum. Disse que o município está numa fase de investimento mas que irá colher os seus frutos.

Sobre o aquecimento das piscinas disse que se vai complementar com painéis solares.

Sobre os vigilantes dos transportes escolares disse que foram sujeitos a entrevistas e apenas os mais responsáveis ficaram seleccionados.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados Guilhermina Costa e Teixeira Gomes.

A deputada Guilhermina Costa disse que o Presidente da Câmara lhe disse que ela diz sempre a mesma coisa mas ele contradiz-se pois admitiu o erro da obra da piscina e logo de seguida faz o mesmo na obra do Multiusos. Por isso é sempre bom lembrar que a Câmara não faz o planeamento devido.

Sobre as horas extraordinárias disse que criticou o excesso mas tem que haver moderação.

Disse que é grave que o Presidente da Câmara diga que há funcionários da Câmara que não fazem nada. Disse que se não fazem nada que não os contrate e assim já diminui a despesa.

Disse que quem encara o orçamento de duas formas é o Presidente da Câmara pois ele é que fala em números políticos e números contabilísticos.

O deputado Teixeira Gomes pediu esclarecimentos sobre a EHATB e apelou à iniciativa privada para investir no assunto.

O Senhor Presidente da Câmara disse que na altura em que se fez a piscina a forma de aquecimento mais eficaz era o gás mas os tempos evoluem e é obrigatório que seja solar.

Disse que toda a gente sabe que há gente na Câmara que não faz nada mas esses já estavam quando ele chegou. Mas informou que todos os funcionários vão ser avaliados e distinguidos.

Sobre as energias renováveis disse que se realizaram dois concursos para disponibilizar potência para instalação de aerogeradores no país. Agora mesmo que se tenham terrenos e dinheiro para investir, não tem ligação à rede. Tudo está dependente da capacidade da capacidade da rede eléctrica.

Sobre a EHATB disse que o Alto Tâmega foi pioneiro nesta matéria e isso deve-se ao ex- presidente da Câmara de Ribeira de Pena que propôs negócio a todos os municípios do Alto Tâmega. Depois de todo o medo e receio o investimento avançou. As Câmaras deixaram de fazer muita obra para investir neste negócio e foi um bom negócio.

Deliberação: a proposta foi aprovada por maioria com 6 abstenções.

5 - Proposta de alteração ao Regulamento de Venda Ambulante no Município de Montalegre.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Luís Carril, Amadeu Fortunas e Ricardo Moura.

O deputado Luís Carril perguntou qual a razão pela qual foram escolhidas essas localidades.

O deputado Amadeu Fortunas perguntou porque é que Paradela não foi incluída na lista seleccionada.

O deputado Ricardo Moura disse que a venda ambulante não prejudica ninguém desde que os comerciantes ofereçam a mesma qualidade e o mesmo preço às pessoas.

Disse que os vendedores ambulantes fazem falta pois nem toda a gente tem facilidade de deslocação, têm é que pagar impostos.

O senhor Presidente da Câmara disse que esta alteração tem que ser moderada pois é mais psicológica do que outra coisa, pois acabar com a venda ambulante, provoca problemas aos consumidores e escolheram-se apenas algumas localidades pois são aquelas que oferecem melhores condições para responderem ao consumo local.

Deliberação: a proposta foi aprovada por maioria com um voto contra e 3 abstenções.

6 – Proposta de alteração ao Regulamento de Taxas e Licenças Municipais.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Guilhermina Costa, Manuel Duarte, Teixeira Gomes e Luís Carril.

A deputada Guilhermina Costa disse que a Câmara neste aspecto está a actuar bem, incentivando as pessoas a viverem e a requalificarem as casas da aldeia. A Câmara deveria oferecer os projectos porque tem técnicos que os podem fazer e espera que esta medida seja seguida de outras no mesmo âmbito.

O deputado Manuel Duarte perguntou o que é considerado um prédio antigo. Disse que toda a informação dada sobre os licenciamentos de prédios era dada pelas Juntas de Freguesia. Hoje isso não acontece e pensa que se deveria retomar esse modelo.

O deputado Teixeira Gomes disse que fica contente por ser implementada uma medida por ele proposta ainda no tempo do Dr. Pires, pois os que é bonito é o que é tradicional.

Felicitou a Câmara pela proposta apresentada e propõe que se faça um levantamento dos prédios que podem ser classificados património cultural. Disse ainda que a Câmara devia proibir alterações nas fachadas, aplicar coimas sérias a quem não cumprir e fornecer gratuitamente o apoio de engenharia e arquitectura à reconstrução das casas.

Disse que todas as casas e terrenos degradadas e abandonadas deveriam ter uma penalização na contribuição.

O deputado Luís Carril disse que os elogios feitos à Câmara são merecidos e perguntou sobre a Vila de Salto, se as aldeias também são abrangidas.

O senhor Presidente da Câmara disse que se a Câmara oferecesse os projectos de engenharia e arquitectura, os projectos triplicariam e legalmente não se pode fazer isso, pois então a responsabilidade técnica e a fiscalização seria da autarquia.

Disse que um prédio antigo é aquele que é construído antes de 1951, sendo reconhecido por testemunhas e por um técnico ainda que não esteja registado nas finanças.

Disse que o controle das juntas de freguesia não tinha consequência nenhuma pois o PDM é que rege e toda a gente tem consciência do certo e do errado.

Sobre os imóveis de interesse concelhio disse que já está definido e sobre a junção das casas disse que a lei está ao contrário daquilo que deveria estar. Tem que ser alterado o diploma legislativo, pois Portugal tem leis democráticas que estão viradas para o individual.

Deliberação: a proposta foi aprovada por unanimidade.

7 – Proposta de alteração ao Regulamento de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Guilhermina Costa e Ricardo Moura.

A deputada Guilhermina Costa disse a situação que se está a viver era previsível pois a população não iria aceitar pagar pela sua própria água. É injusto, pois o abastecimento de água é feito pela população.

Disse que a Câmara deveria fazer o sistema de abastecimento de água e tratá-la e só depois colocar os contadores.

Disse que é injusto que em casos deliberativos a Câmara possa ou não aplicar determinada taxa. Vê isto como uma forma de pressão para a colocação dos contadores.

O deputado Ricardo Moura disse está de acordo que toda a gente pague água, só não concorda que Padornelos pague água sem que antes lhe seja paga que Montalegre tem em dívida com aquela aldeia, pois quando Montalegre precisou de água, a gente de Padornelos privou-se de regar as suas terras para que essa mesma água abastecesse a vila.

Propôs que se fizesse um estatuto diferente em Padornelos até que o saneamento esteja pronto.

O senhor Presidente da Câmara disse que o caso de Padornelos tem que ser revisto para que se solucione o problema, mas contador toda a gente vai ter pois a questão da água hoje em dia tem contornos diferentes. Só se vai pagar aquilo que se gasta. se não quiserem contratos pagam mais por isso. É justo.

Deliberação: a proposta foi aprovada por maioria com 7 votos contra.

8 – Proposta de alteração aos coeficientes de localização para vigorar no Município de Montalegre no âmbito do Código de Imposto Municipal sobre imóveis (CIMI).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Guilhermina Costa e Manuel Duarte.

A deputada Guilhermina Costa disse que concorda que o coeficiente de localização seja mesmo em toda a freguesia de Montalegre e a freguesia de Salto, mas relativamente aos imóveis para comércio e serviços, disse que é injusto que o mesmo prédio pague o mesmo quer esteja localizado na rua direita ou no bairro.

Alertou que é preciso ter atenção à valorização em termos comerciais e sugeriu a alteração desta situação. Disse que se se diminuísse o valor deste coeficiente poder-se-iam ganhar novos investidores.

O deputado Manuel Duarte disse que se está a beneficiar o coeficiente na vila e concorda que assim seja mas não concorda com o que se aplica às aldeias.

O senhor Presidente da Câmara disse que há uma diferença na mesma casa de 90 euros e a regra genérica e tem uma lógica de justiça. Nunca houve nenhuma reclamação por parte das aldeias.

Deliberação: a proposta foi aprovada por maioria com 6 votos contra e 4 abstenções.

9 – Proposta para a realização da Feira da Batata de Semente de Montalegre, apresentada pelo membro da assembleia municipal, Dr. Teixeira Gomes.

O deputado Teixeira Gomes informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Francisco Surreira, Acácio Moura, Ricardo Moura e Paulo Cruz.

O deputado Francisco Surreira entregou o seguinte documento: “Proposta Feira Batata/ Semente. Em relação à feira da batata de semente tenho antes

de mais nada perguntar ao apresentador da proposta que batata de semente quer fazer, se é batata de semente certificada ou batata de consumo, porque batata de semente só conheço a batata certificada. A restante é pura e simplesmente de consumo (batata de semente sem ser certificada era a batata dos oportunistas como devem de saber das pessoas que de noite transportavam de outros concelhos e depois era vendida como sendo de Montalegre). Vamos falar de batata de semente certificada, pelo que sei a cooperativa ainda não disse a ninguém que era proibido fazer batata de semente, só que os produtores já sabem fazer as suas contas e sabem muito bem quanto lhe custa produzir um quilo de batatas, pois quem fala nesta cultura com os agricultores ouve deles que não vale a pena pois para semear compra nas feiras, por preço mais ou menos acessível e só plantam meia dúzia de quilos para produzir para a alimentação, pois para os animais vão a Espanha que é quase de graça.

Fazer batata de semente certificada tem um grande custo: 1º- as áreas de terrenos são pequenas o que à partida dificulta o trabalho mecanizado, o que neste caso iria precisar de muita mão-de-obra (onde está); 2º- para poder certificar tem que plantar batata da classe elite ao classe A o que à partida é mais cara.; 3º- tem que fazer todos os tratamentos quer contra o míldio, escaravelho, insectos e por último tem que fazer a queima da rama; 4º- por fim tem que transportar para os armazéns já existentes para ter uma boa conservação. Posto isto é fácil fazer as contas e ver se vale a pena cair na tentação, isto para que fosse pedida a valência de maternidade para o centro de saúde de Montalegre sabendo-nos que era impossível pois os partos por ano são poucos e os custos seriam grandes.

Ainda em relação à batata de semente sabemos e não é segredo que na Espanha, Holanda, Canadá e Irlanda por exemplo produzir um quilo de batata fica por menos de metade do custo de produção. Mas para podermos tirar uma pequena conclusão, nos dias da feira do fumeiro ponham lá alguns agricultores a vender esta batata e depois vamos ver quanta vendem, desde que o preço seja referente a este produto com garantia de qualidade.

A título de informação tenho de dizer que durante os anos 60 e 70 se vendia muita batata de semente para as zonas onde se fazia consumo pois uma grande quantidade da produção era enviada para Angola e Moçambique, neste momento não estamos a exportar, por isso os produtores das zonas de consumo estão a reduzir as áreas de plantação, produzindo apenas para consumo local e também porque nos mercados locais se vende mais barata, a quem vem de outros países.

Assinado Francisco Surreira.”

O deputado Acácio Moura disse que Montalegre já não pode certificar batata de semente pois a certificação já foi entregue à Cooperativa de Chaves. Disse que o concelho está limitado e deveria ser dado um subsídio para a batata de semente senão desaparece.

Concorda que a batata deve ser integrada numa feira de produtos locais.

O deputado Ricardo Moura disse que quando se fala da feira da batata não se fala só da venda da batata, mas sim da venda da beterraba, do nabo, da couve e de outros produtos.

Disse ainda que a batata dá dinheiro e a solução para assegurar as vendas é a qualidade. Cada produtor deve pôr a sua imagem de marca e o contacto para que a pessoa compre e saiba a quem dirigir-se caso queira repetir o acto.

Disse que Montalegre tem potências desconhecidas e que os Montalegrenses não sabem aproveitar e deu o exemplo do musgo dos carvalhos que na altura do Natal toda a gente procura.

Disse que o que é preciso é encorajar os barrosões para que trabalhem e arrisquem.

O deputado Paulo Cruz disse que Montalegre deve aproveitar e apostar nos produtos da terra e na agricultura biológica. Disse que as feiras que existem devem-se manter e as novas que poderão surgir devem-se apoiar de forma a originar criação de emprego e seguir-se o exemplo do sucesso da Feira do Fumeiro.

O deputado Teixeira Gomes disse que assumia a sua ignorância em relação à produção de batata e disse que a sua proposta não foi em âmbito industrial mas sim em aspecto artesanal. Não se pode é parar e devem-se aproveitar as oportunidades de negócio.

Disse ainda que a batata podia ser candidata ao III Quadro Comunitário de Apoio e a batata por mais cara que seja, sendo rotulada como sendo de Montalegre, ela vende-se.

Disse que a Câmara tem obrigação de aceitar a ideia pois nada tem a perder, uma vez que o Presidente já assumiu publicamente que se tentou vários anos com a do cabrito. Não teve sucesso, mas pelo menos tentou-se.

Disse que a sua proposta encerra em si pela falta de rigor na sua apresentação, mas é apenas uma ideia, não é nenhum conflito institucional. Concordou que divagou na escrita da proposta mas pensa que foi acarinhada pelos presentes.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados Francisco Surreira, Ricardo Moura e Paulo Cruz.

O deputado Francisco Surreira disse que a carne dos lameiros do Barroso é uma carne biológica e poderia fazer-se o mesmo com a batata mas com uma produção mais baixa.

O deputado Ricardo Moura disse que não se está a falar de uma feira do tamanho da Feira do Fumeiro, apenas pretende a disponibilização de um espaço para a venda, pois um concelho inteiro não pode ser penalizado pelo facto de duas ou três pessoas venderem batatas espanholas.

Disse que nos moldes de feira que se falou não vai acarretar custos à Câmara apenas a publicidade. Disse que cada um vende o que traz e cada um é responsável pelo seu produto. Se o produto não prestar, não se vende e essa é a penalização.

O deputado Paulo Cruz disse que a proposta deve ser ponderada, trabalhada e explicados os moldes em que se vai fazer de forma a que se analisem os prós

e os contras. Propôs que este assunto seja debatido numa outra sessão da Assembleia Municipal.

O senhor Presidente da Câmara disse que a proposta apresentada não tem viabilidade nenhuma. Não por questões monetárias mas sim por respeito ao nome dos produtos. Disse que ainda não se fez porque ainda não conseguiu arranjar solução para esta ideia e que é difícil ter controle sobre a qualidade da batata.

Disse que o nome da batata de semente é um nome digno que não pode ser alterado. Há dificuldades que não se conseguem solucionar mas aceita propostas e o único que apresentou ideias concretas foi o deputado Ricardo Moura.

Deliberação: a proposta foi retirada pelo membro proponente para eventual continuidade de discussão.

PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público que não quis intervir.

Foi lida, em voz alta, esta minuta que, posta à consideração, foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

O 1º Secretário

O 2º Secretário
